

# COMO PENSAR CIDADANIA? UMA ABORDAGEM TRANS, MULTIÉTNICA E DIVERSA

Vitória Estivalet Machado

## **Resumo:**

O presente trabalho visa dissertar sobre cidadania a partir de uma visão trans, multiétnica e diversa. São abordadas algumas conceitualizações históricas que, dialogando com os resultados de entrevistas com pessoas trans, irão problematizar o conceito de cidadão e cidadania. Entende-se que estes termos adotam diferentes concepções de acordo com os interesses daquele que os clamam, sendo de notável importância o rompimento com o discurso burguês de cidadania, dando voz às minorias políticas.

## **Palavras-chave:**

Cidadania. Direito. Gênero.

## **Introdução**

A cidadania, termo que é constantemente invocado em discursos de poder da sociedade contemporânea brasileira, sejam estes discursos políticos, capitalistas ou religiosos, não pode e nem deve ser pensado como um conceito de fácil delimitação. Muitos pensadores, em diversos contextos sociais e pelas mais variadas motivações, se utilizaram de visões divergentes sobre cidadania ao longo da história. Estas divergências são imprescindíveis para a construção destes discursos, visto que a maneira como conceituamos os termos “cidadão” e “cidadania” é fundamental no modo como desejamos conceber e influenciar as relações de poder e a semiótica do indivíduo dentro da polis.

Há quem seja mais cidadão que outro? Como essas relações assimétricas estão ligadas ao nosso conceito de cidadania? É neste sentido que o presente trabalho se propõe a dar voz e pensar cidadania através da perspectiva de uma minoria política. No Brasil, a minoria trans foi historicamente e ainda é institucionalmente excluída de direitos básicos e imprescindíveis ao exercício de uma vida digna, na saúde, na educação, na moradia, na segurança, entre outros. São estas as problematizações que irão permear a discussão proposta na disciplina de Política e Organização da Educação Básica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; pensar cidadania através da individualidade na concepção de cada cidadão.

## Metodologia

A pesquisa utilizou-se de um formulário online, onde constavam questões referentes ao nome, idade, bairro de residência e autoidentificação étnica, de classe social e de gênero dos participantes. Ao final do questionário, era solicitado que o participante dissertasse sobre o que é ser um cidadão. Foram entrevistadas apenas pessoas trans e travestis da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Após o preenchimento do formulário, as respostas foram separadas a fim de observar e identificar, qualitativamente, como a concepção de cidadania se molda e se diversifica dentre os variados recortes de uma minoria política.

## Resultados e discussão

Para a primeira entrevistada, de 22 anos, travesti, negra, pobre e residente da periferia de Porto Alegre, no Rio grande do Sul, a cidadania se conceitualiza nas seguintes palavras:

“Na minha visão, ser cidadão é um senso coletivo, de contribuição em todos os campos que a sociedade se organiza, a fim de ajudar a construir, aprender e reinventar saberes e práticas, sejam elas através da ciência, da gestão, da cultura ou mesmo do local que se vive (meio ambiente e arquitetura), todos que possam contribuir para o coletivo seriam compreendidos como cidadãos. Ser cidadão comumente carrega a ideia de pertencer em um limite entre um local e outro (bairros, cidades e países) ou até mesmo a ligação com a cultura de um determinado local, o senso de coletivo é presente de diversas formas ao longo da vida na terra (humana ou animal) e não só pode como deve ser reformulado com o avançar das nossas discussões. É sabido que alguns grupos muitas vezes não são tidos como cidadãos, por motivos de nem ao menos serem vistos como dignos de humanidade pela sociedade e suas instituições, como é o caso de pessoas trans e travestis no Brasil, que não por acaso é o país que mais mata pessoas trans no mundo por 13 anos consecutivos e que essa mesma população só preenche 0.1% nas faculdades públicas, o mesmo caso de desumanização e não cumprimento de leis e políticas que deveriam proteger essas pessoas ocorrem com pessoas não-brancas, não só aqui como ao redor de todo o globo. A questão que fica é como a atual visão de cidadão e cidadania influencia na nossa vida e a quem ela de fato serve?”

Já para o segundo entrevistado, de 25 anos, transmasculino, branco e de classe média, ser cidadão:

“É poder usar direitos e deveres, tanto os formais da constituição quanto os informais que são construídos no movimento social diário. Além disso, é ter oportunidade de manifestação e de participação nos processos que produzem esses direitos e deveres.”

Finalmente, na concepção do terceiro e último entrevistado, de 23 anos, branco, homem trans e pobre, ser cidadão pode ser pensado da seguinte maneira:

“Vejo como descrição de cidadão um conjunto de fatores, como fazer parte de algo maior, ter uma função, direitos e deveres. Mas mesmo a sociedade estruturada de forma que todos tenham função, direitos e deveres, nem sempre o produto disso se dá com pessoas se sentindo de fato cidadãos, devido a exclusão social característica do sistema capitalista.”

É fácil observar que muitos elementos entre as três respostas conversam entre si, como a percepção de direitos e deveres, a participação social e a liberdade atrelados à cidadania. Embora não exista uma definição consensual de cidadania, há uma determinada noção do cidadão como legítimo detentor de direitos e obrigações, pertencente a uma comunidade política e divergente do “outro” (representação simbólica daquele desprovido de cidadania). Esses signos são construídos através do pacto civilizatório entre sujeito e Estado moderno (MORAIS, 2013).

No entanto, é neste pacto que se constitui uma busca aos ideais burgueses de liberdade, igualdade e prosperidade, que se instrumentaliza da educação como difusora destes valores. A busca burguesa por direitos humanos universais é, para Marx, a reivindicação de uma classe que pretende tornar-se hegemônica sobre a sociedade, criando um ideal de cidadão burguês (LIMA; BRZEZINSKI; MENEZES, 2017).

Além do direito à liberdade e vida digna, aparecem, nas entrevistas, elementos de participação social. Seguindo a teoria marxista, para Gramsci, a cidadania é um conceito abstrato e fruto da divisão de classes, sendo de extrema importância, para este mecanismo, excluir o proletariado da participação nas decisões que fundamentam a sociedade, além de impedir que estes indivíduos vislumbrem horizontes mais justos. É imprescindível, então, para uma sociedade mais justa, que o cidadão seja capaz de ir além do exercício de seus direitos políticos e participe efetivamente da construção dessa sociedade, tornando-se um dirigente (COUTINHO, 2006, p. 174 apud LIMA, BRZEZINSKI; MENEZES, 2017).

Além de buscar tal participação, Habermas nos diz que, em uma sociedade democrática “todos os membros em interação numa determinada situação devem ter as mesmas possibilidades de participar de modo autônomo e consciente das discussões considerando as normas sociais de interação” (OLIVEIRA 1996, p. 12). É neste sentido que a ação educativa se propõe como um instrumento de libertação à todas as formas de dominação.

Entende-se, no encaixo destes pensadores, que é preciso identificar as desigualdades sociais, entender como as relações assimétricas modificam nossa concepção de cidadania e perpetuam a dominação política de uma parcela da sociedade. A limitação da compreensão desta problemática é um traço cultural e histórico na sociedade brasileira, refletido na música “Comportamento Geral”, de Gonzaguinha (1973):

“Você deve aprender a baixar a cabeça  
E dizer sempre muito obrigado  
São palavras que ainda te deixam dizer  
Por ser homem bem disciplinado

Deve, pois, só fazer pelo bem da nação  
Tudo aquilo que for ordenado  
Pra ganhar um Fuscão no juízo final  
E diploma de bem comportado

Você merece, você merece  
Tudo vai bem, tudo legal  
Cerveja, samba, e amanhã, Seu Zé  
Se acabarem teu carnaval?”

Sendo assim, o cidadão pode ser visto como aquele que compreende a dominação que se exerce sobre ele e, buscando usar seus direitos, as suas percepções acerca da realidade e a sua voz, procura libertar-se destas amarras, atuando como um agente participativo na sociedade democrática. É desta maneira que, usufruindo dos direitos conquistados através das lutas sociais que o antecedem e ainda ocorrem contemporaneamente, o sujeito deixa de ser a massa de manobra descrita por Gonzaguinha e passa a atuar ativamente nas decisões da organização social onde se insere.

## Considerações finais

Tendo em vista que cidadania é um conceito amorfo e destituído de consenso, as concepções propostas pelos autores, assim como as semelhanças e divergências observadas nas entrevistas realizadas pelo presente trabalho, ressaltam a importância de refletirmos a respeito do que é ser um cidadão. E para isso, devemos também refletir sobre como a manutenção do discurso burguês a respeito da cidadania manteve, e ainda mantém, as relações de dominação da sociedade capitalista.

Vale lembrar que a comunidade trans possui diversos recortes (étnicos, geográficos, de classe, de identificação, entre outros), sendo apenas uma ínfima parcela contemplada pelo presente estudo. Nesse sentido, é imprescindível o fomento à novos estudos que deem voz à comunidade trans, assim como de outras minorias, buscando entender e dar espaço às suas reflexões, que embasam uma luta transgeracional.

### Referências:

GONZAGUINHA. Comportamento Geral. São Paulo: EMI-Odeon. 1973. (3 min).

LIMA, M. E. ; MENEZES JUNIOR, A.; BRZEZINSKI, I. **Cidadania**: sentidos e significados. In: XIII Educere - congresso nacional de educação. Curitiba. 2017

MANZINI-COURE, M. **O que é cidadania?**. 3º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MORAIS, I. **A construção histórica do conceito de cidadania**: o que significa ser cidadão na sociedade contemporânea?. XI Educere – congresso nacional de educação. Curitiba. 2013

OLIVEIRA, I. B. de. A contribuição de Habermas para a democracia na educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 98, p. 5-13, ago. 1993.